

**31ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA
BRASÍLIA, 9 E 12 DE DEZEMBRO 2018
“DIREITOS HUMANOS E ANTROPOLOGIA EM AÇÃO”**

GT 19. Antropologia dos estudos de folclore e cultura popular: imagem, corpo, ritual e performance.

Bicentenário da Independência do Brasil: construção de imagens, rituais e performances celebrativas.

Alexandre Fernandes Corrêa
Professor Associado – UFRJ Macaé
alexandre.correa@pq.cnpq.br

Esta comunicação contém reflexões elaboradas a partir de pesquisas desenvolvidas nas últimas duas décadas acerca das festas cívicas públicas, com destaque para a proximidade da comemoração histórica do Bicentenário da Independência do Brasil em 2022.

Reunimos sob o título *Teatro das Memórias* (CNPq) estudos de ritanálise dos processos comemorativos na sociedade moderna na perspectiva da antropologia simbólica. Consideramos que a sociedade brasileira é atravessada por uma espécie de máquina comemorativa estruturada desde o *Triunfo Eucarístico* (1733), modelo primordial que vem assumindo variações locais, incorporando novas tecnologias audiovisuais, mas permanecendo em sólidas bases socioculturais híbridas e (neo)barrocas (Canclini, 2003).

Na aproximação do bicentenário da Independência detectamos a manutenção desse maquinismo celebrativo intensificado pela dramatização midiática. A partir do olhar aberto para as mutações histórico-culturais da máquina comemorativa (Centenário, República, Descobrimento, Independência etc.), analisamos seus efeitos na contemporaneidade, observando continuidades e discontinuidades no processo de construção do panteão identitário nacional.

Assim, indagamos sobre quais paralelos e comparações são possíveis traçar entre o contexto sócio-histórico das comemorações do centenário (1922) e do bicentenário (2022). Investigamos aspectos propostos no GT, no sentido do “estudo de festividades, ritos e celebrações sob novos enquadramentos teórico-metodológicos de uma antropologia simbólica e/ou de rituais”.

Nessa perspectiva aprofundamos a reflexão ao perscrutar quais mudanças socioculturais podemos identificar no decorrer do século XX quando se aproxima a celebração dos duzentos anos da construção da “nacionalidade”. Nas últimas décadas desenvolvemos pesquisas sobre o tema das festividades cívicas em diferentes campos empíricos: IV centenário de São Luís/Ma (2012), o bicentenário de Macaé/Rj (2013) e de Nova Friburgo (2018).

Nas pesquisas realizadas nesses espaços sociais fomos fustigados por inquietações próximas aos temas sugeridos nesse GT. Assim nos propomos apresentar dados atualizados recolhidos com foco nos “processos de construção das imagens e do espaço em diálogo com a antropologia simbólica e dos rituais”. Nosso objetivo é compreender a evolução das formas rituais que contribuem para a manutenção e transformação do maquinário comemorativo na sociedade brasileira, analisando-as em perspectiva histórica e comparativa, tendo em vista aproximação da celebração do bicentenário de independência.

* * *

Nos dias atuais, há o risco de se celebrar uma coisa querendo celebrar outra¹.

José de Souza Martins.

Ao abrir essa reflexão com a frase de José de Souza Martins na epígrafe acima, pontuamos a primeira base de nossas inquietações. No referido texto escrito sobre o ano de 1968, o sociólogo arremata: “A mitificação é compreensível num país carente de memória histórica, carente de heróis reconhecíveis e de episódios edificantes.” Este é o cerne do problema que vamos tentar oferecer ao debate nessas páginas, qual seja, o tema da mitificação, analisando suas características rituais e quais impactos tem no maquinário comemorativo e nas performances celebrativas na sociedade brasileira contemporânea.

Ao tomarmos o bicentenário da independência como ponto de chegada do trabalho de pesquisa proposto, traçamos uma trajetória de incursões empíricas e estudos histórico-culturais sobre a máquina comemorativa nas sociedades modernas.

¹ 1968, *nas entrelinhas do silêncio*. José de Souza Martins: <https://jornal.usp.br/artigos/1968-nas-entrelinhas-do-silencio/>

Para trabalhar com o problema da mitificação colocada mais acima, onde se carece e se reconhece um déficit de memória histórica e de heróis, consideramos importante refletir sobre a sociologia do rito e as chamadas liturgias políticas. Vislumbramos assim, articular mito e rito, compreender suas dinâmicas e apreender suas conexões. Nessa direção nos apoiamos na leitura da obra *Liturgias Políticas* de Claude Rivière (1989).

Nesse estudo percebemos que a dialética do mito e do rito é elaborada a partir do que o autor designa de “simbólica redundante”. Para o autor, o rito aparece como um sistema de ações sequenciais correspondendo a normas, quando encarado sob o ângulo comportamental. Representa também uma soma orgânica de símbolos elementares enquanto duplos do objeto abstrato que velam e desvelam ao mesmo tempo.

O rito depende de um sistema de pensamento, expresso em geral na linguagem do mito ou da ideologia. Seu sentido não se encerra nele mesmo, mas faz apelo a discursos, gestos, sentimentos, não-ditos, com os quais se articula num procedimento existencial.

A simbólica dos ritos compreende o conjunto dos símbolos empregados, suas relações entre si, as interpretações que lhe cabem reveladas pelos participantes, assim como pelos exegetas de tendência filosófica, etnológica ou psicanalítica e o acento colocado sobre o simbolizante ou sobre o simbolizado. (1989, p. 218).

Em seu estudo, Rivière centraliza o fenômeno político como o domínio próprio do símbolo, o que dá funcionalidade aos símbolos. Em suma, sua função primordial é alimentar a sensibilidade coletiva. Nesse momento, recorda Durkheim quando este afirma: “A vida social só é possível graças a um vasto simbolismo”. Isto é, sem símbolo, a vida social fenece e morre – ou desencadeia-se de maneira selvagem, por “falta”, desloca-se, dissolve-se em busca de outras clivagens e, portanto, de outros símbolos” (Moulin, *apud* Rivière, 1989, p. 130-1).

Como enfatiza o autor em tela, em lugar do imediato e do concreto que predominam como estruturas simbolizantes nas sociedades arcaicas, nas sociedades industriais se acentuam os usos das palavras, dos sons e das representações gráficas. Tais usos compõem o concerto neobarroco da construção de imagens, rituais e performances celebrativas em nossa sociedade. E como não poderia deixar de ser observado a arte e os mídias têm de fato um vasto impacto sobre as populações, até mesmo nas populações dispersas, ou geograficamente distantes. Além disso, como lembra Rivière, “a técnica serve, por um lado, como suporte para o desenvolvimento desses mídias, e por outro lado, como mito dos tempos modernos.” Rivière, 1989, p. 242-3).

O papel mais específico das mídias e da tecnologia vamos tratar mais na frente com a introdução de uma reflexão pertinente elaborada por Laymert Garcia dos Santos, que abre nossa reflexão sobre as “guerras das imagens”; expressão cunhada pelo historiador Serge Gruzinski. Estes autores enfatizam igualmente de que modo esse processo de produção de imagens atravessa, com suas novas técnicas, diferentes domínios da vida social, como no que se destaca no ensino e na aprendizagem, por exemplo, nos quais sobressaem a dominação do elemento político; como os principais canais de fabricação e de imposição de símbolos identitários nacionais.

Podemos afirmar que o corolário desse processo se dá através dos próprios mídia ao pretenderem representar de maneira espetacular e solene, - e frequentemente através da visualização de diferentes e variadas cerimônias, protocolos e liturgias - o vivido da nacionalidade como sendo elemento fundamental a ser exaltado na sociedade política. Um vivido que é teatralizado como fundamento da integração social.

Portanto, a simbólica ritual do político faz alusão a um saber referente a uma história particular, um lugar geográfico específico, a acontecimentos e pessoas representativas de uma comunidade em especial. Além do mais, é preciso enfatizar, que se a simbólica do rito estoca e acumula informações operando conteúdo seminais, também faz referência aos valores decisivos para a comunidade seja ela nacional, regional, local.

A ordem ritual simbólica atua como guardiã, ordenando discursos e práticas no seio de uma estrutura ideológica. E, como não poderia ser outro seu efeito, através dessa simbólica se realiza um laço entre o indivíduo, o grupo que adere aos mesmos valores e as autoridades que representam a população. Esse laço está codificado numa estrutura dramática onde os atores estão liturgicamente definidos, sendo o componente humano na ação ritual o símbolo de seu papel, afastando-se de sua irrelevância na vida cotidiana corriqueira e banal.

Diante da dialética dessas representações dramáticas entrelaçadas pelo rito e os símbolos, a admoestação apresentada pelo sociólogo José de Souza Martins se torna inquietante. Pois em que medida se torna possível constatar que “nos dias atuais, há o risco de se celebrar uma coisa querendo celebrar outra”? Para que isso ocorra apresentam-se possibilidade de deriva e desconexão entre os elementos que compõem o drama celebrativo, quais sejam, o rito, a ação simbólica e o mito. Tal é nosso objetivo nesse estudo, isto é, compreender de que modo as comemorações do bicentenário podem vir a se ajustar a algum desvio ideológico significativo e que venhamos a identificar que a encenação celebrativa pode estar servindo para celebrar mitos para os quais a ação ritual

não foi programada. O que poderá estar sendo celebrado no lugar do bicentenário de independência do Brasil? Quais os sentidos da nação a celebrar em 2022 que nos escapam no momento?

* * *

Guerra das imagens e comemorações históricas

Ver com olhos livres².

Oswald de Andrade.

Uma outra inquietação que motivou nosso estudo emergiu de um trecho da entrevista do sociólogo Laymert Garcia dos Santos para a revista *Fórum* em 2013. Nessa ocasião, afirma:

(...) A esquerda brasileira nunca ter[ia] feito a crítica de fundo da mídia. E nem da tecnologia. A posição de esquerda de partidos, sindicatos etc. é de que os meios são neutros e tudo depende de quem se apropria dessa técnica e, portanto, quando chegar o momento de a esquerda estar no poder, se faz uma inversão de signos. Isso é o máximo que a esquerda pensou sobre essa questão, e há muitos anos venho pensando e batalhando por um outro entendimento, porque não é possível você considerar a tecnologia como algo meramente instrumental, quando ela modifica completamente todos os tipos de relação. A tecnologia, sobretudo depois da virada cibernética, mudou a vida, o trabalho e a linguagem. Ou seja, mudaram as relações. Nessas condições, se você não fizer uma crítica de fundo, vai acabar fazendo aquilo que critica em seu adversário, vai fazer isso achando que colocou um conteúdo de esquerda, mas as práticas serão as mesmas. Assim, vai ser tão manipulatório e antidemocrático quanto antes e, de certo modo, desconhecendo o próprio potencial que a tecnologia traz (REVISTA FÓRUM, 2013).

Partimos então dessa dificuldade apontada, para compreender a natureza dessas deficiências no trabalho de análise da produção não só de conteúdos e imagens, mas de nossas relações práticas com as linguagens e os símbolos. Percebemos as repercussões desse alerta na pesquisa que empreendemos nesses últimos anos, e é o que vamos aprofundar aqui em alguns aspectos. Contudo, esse questionamento de Laymert dos Santos será suspenso por instantes, para ser retomado no desfecho desse texto. No momento seguiremos outras veredas que nos ajudam nesse percurso de análise sobre a produção imagética, seus usos políticos e culturais.

Apresentaremos inicialmente o conceito de imagem que utilizamos, apoiado nos trabalhos de Serge Gruzinsky (1995) elaborados a partir de pesquisa sobre a história do

² *Manifesto Pau-Brasil de Oswald de Andrade. Correio da Manhã, 18-3-1924*

México, e em seguida vamos regular o foco em casos específicos que ajudarão a tecer considerações mais precisas sobre a ordem de problemas que vamos tratar.

Sociedade das imagens

O historiador francês Serge Gruzinsky abre seu livro sobre a *Guerra das Imagens* (1995) fazendo referência ao filme *Blade Runner: Caçador de Androides*, dirigido por Ridley Scott e lançado em circuito comercial em 1982. Os androides do filme são réplicas quase perfeitas de humanos criadas para executar tarefas perigosas em astros e ambientes distantes no espaço sideral. Esses replicantes se distinguem do ser humano por características genéticas que são implantadas, mas alguns deles estão dotados de uma “memória enxertada”. Essa “memória” se apoia em velhas fotografias, falsas lembranças destinadas a inventar e sustentar um passado que jamais existiu.

Serge Gruzinski é um reconhecido historiador francês especializado em temas latino-americanos, ligado a história das mentalidades³. Para este autor, o que designa de guerra das imagens talvez seja um dos maiores acontecimentos da atualidade moderna inaugurada com a Conquista da América. Uma guerra difícil de precisar seu início, pois abarca as lutas pelo poder, temas sociais e culturais, “cuja amplitude atual e futura somos incapazes de medir” (1995, p. 12).

Nesse nosso trabalho, recuperaremos algumas definições e conceituações que o autor oferece, nos servindo com mais propriedade para guiar a análise que é sugerida. Gruzinsky ressalta:

Com o mesmo direito que a palavra e a escrita, a imagem pode ser veículo de todos os poderes e de todas as vivências. (...) O pensamento que desenvolve oferece uma matéria específica, tão densa quanto a escritura ainda que seja irredutível a ela; o que não facilita em nada a tarefa do historiador [ou semiólogo] obrigado a escrever sobre o indizível (1995, p. 13).

Assim, nossa análise não seguirá as linhas ortodoxas do pensamento figurativo, nem dos estudos sobre os conteúdos das imagens. O que vamos realizar brevemente é um exame dos programas e das políticas das imagens, o desenvolvimento das intervenções múltiplas que estão entranhadas nelas ou que antecipam os papéis que assumem numa dada sociedade. Portanto, não se trata de definir abstratamente a imagem. Mas, como adianta

³ Realizou estudos sobre a imagem mestiça e seu ingresso na modernidade do México. Nos últimos anos realizou investigações sobre o Brasil e o Império português. Em 2015 se tornou o primeiro historiador a receber o Grande Prêmio Internacional de História, considerado o "Nobel" dessa disciplina.

Gruzinsky, é preciso que se tenha em conta a história dos imaginários, sua globalidade e sua mobilidade. Destarte, não vamos fazer uma descrição sistemática das imagens apresentadas, privilegiando forma ou conteúdo, pois não se quer perder de vista uma realidade imagética que só existe na sua interação simbólica.

De acordo com esses propósitos o que nos interessa é a montagem política das imagens e como se nutre a fascinação que exercem. São os cenários de festas e celebrações cívicas que oferecem inesgotáveis exemplos cenográficos, em consagrações e altares, grandes rituais, procissões, desfiles, - quando invadem o campo visual, pontuando o espaço urbano -, despejando por avenidas e ruas, com decorações gigantescas, decorações, dispendo de estrados, plataformas, arcos de triunfo, etc. Todo esse complexo festival ganha mais esplendor e encantamento quando se aproxima a efervescência dos períodos eleitorais. É quando se repete o lexema, ou bordão, no que atualmente se convencionou designar de “a festa da democracia” no Brasil. Como se sabe, esse termo aparece com frequência nas coberturas jornalísticas efetuadas durante período eleitoral, quando são realizados diversos programas televisivos consagrando o sufrágio universal e direto no país. Uma embriagues celebrativa que mais oculta que revela sobre seu funcionamento.

Concordando com as análises de Gruzinsky sobre a realidade mexicana, também consideramos que a forma de fabricação e de encenação da imagem em nossa sociedade segue o modelo Barroco, - no festim de profusão de liturgias - numa continuidade que alastra essa guerra das imagens por mais de cinco séculos, e que no Brasil, para nós, se inicia com o *Triunfo Eucarístico* de 1733⁴. Não se trata de fazermos um inventário desse longo transcorrer de lutas pictóricas, mas de enfatizar com o autor citado que a “imagem barroca adota desde sempre uma função unificadora”.

Em países como o nosso em que se encontram populações de diversas origens e entre as quais a alfabetização foi precária e reduzida, o brilho e fascinação da imagem adquirem grande importância sociológica. E a fetichização da imagem barroca que se processa nesse contexto opera de duas maneiras: a) na ocultação da produção que gera a riqueza econômica para poucos [exploração do trabalho]; b) ocultamento da origem humana da imagem [adquirindo caráter quase sagrado].

A consequência disso é a montagem de um programa iconográfico que se instaura produzindo efeitos políticos evidentes. Sua eficácia simbólica e imagética é de

⁴ Sobre a cultura barroca e suas vicissitudes indicamos o texto de nossa autoria *O labirinto dos significantes na cultura barroca* (Corrêa, 2009).

extraordinário alcance, como podemos ver no decorrer do século XX na II Guerra mundial após os adventos da fotografia, cinema e televisão.

A imagem política estetizada adquire função retórica retumbante, como veremos em diferentes exemplos. A imagem codifica o sentido e a mensagem, cabe ao semiólogo decifrar esses códigos, sob pena de continuarmos submetidos ao seu feitiço e eficácia.

Como não faremos uso de um conceito abstrato de imagem, consideraremos a evolução de nossa relação política com a imagem, especialmente a imagem sobre a nação e sobre o país. Interessa-nos então os usos pessoais e sociais da representação nacional e patriótica que foram e ainda são operados por dispositivos de controle subjacentes e em larga medida ainda inconscientes.

Nosso trabalho, a partir dos exemplos empíricos que vamos utilizar na análise, é compreender as articulações múltiplas do imaginário social, dando especial atenção para o princípio de culto das imagens: promoção de um caráter sagrado da imagem; particularmente quando ela avança sobre o espaço social da política.

Nossa questão de fundo é: como analisar o sentido da mudança ou manutenção do uso imposto a imagem política na atualidade?

Veremos que no caso da Ditadura Civil-Militar entre os anos de 1960-80 no Brasil, o triunfo da imagética política repousava num esforço controlado do uso da coerção e da repressão. Desde a conquista da Copa do Mundo de 1970, as autoridades se dedicaram basicamente em explorar de todas as maneiras possíveis o culto das imagens da vitória, em pleno recrudescimento do regime autoritário, período em que se cunha a expressão: “Pátria de chuteiras!”. Soma-se a isso o culto ao tal “Milagre econômico” de um país que chegou a atingir taxas de crescimento superior a 5% do PIB ao ano. Tudo culmina nas comemorações do Sesquicentenário da Independência realizada com pompa triunfal; quando observamos a imagem do ditador General Garrastazu Médici ser enquadrada em moeda corrente ao lado do Imperador D. Pedro I (Fig. 1). Em 1972 também ocorre evento simbólico de grande alcance imaginário: o traslado dos restos mortais do primeiro Imperador de Portugal para o Brasil.



Figura 1. Moeda de \$1,00 Cruzeiro. Casa da Moeda do Brasil

A maquinaria do espetáculo

O antropólogo norte-americano Clifford Geertz nos seus estudos sobre o Estado-Teatro em Bali, escreveu: “O Estado ia buscar a sua força, que era deveras real, às suas energias imaginativas, à sua capacidade semiótica de fazer com que a desigualdade encantasse” (GEERTZ, 1991, p. 156). Com a mesma eficiência técnica e operando com os requintes da magia imagética moderna, os governos militares implantaram um programa articulado de encantamento das massas. Através desse programa político, ocultavam a exploração do trabalho e exaltavam com efeitos tecnológicos e *design* moderno a produção das imagens, seus feitos celebrados em liturgias conectadas aos temas históricos da nação.

Nada pode ser mais adequado para ilustrar esse raciocínio sociológico do que uma mirada no processo civilizatório brasileiro desde os tempos coloniais, com a já citada procissão do *Triunfo Eucarístico* no século XVIII, passando pelo período monárquico, do Estado Novo até a Ditadura Civil-Militar de 1964-85. A maquinaria do espetáculo como estratégia de persuasão e encantamento foi utilizada de modo sistemático e é a marca de nossa sociedade barroca.

Nessa reflexão sintética não poderemos analisar a totalidade desse sistema semiótico tomando o vasto panorama histórico-cultural referido, mas poderemos pontuar momentos mais precisos e destacados.

A partir da observação da profusão de imagens em destaque no processo de análise do nosso trabalho semiológico, podemos observar recorrências significativas. E é nesse momento que trazemos à reflexão a provocação de Roland Barthes na sua Aula de 1978, quando comenta: “Mas a língua, como desempenho de toda linguagem, não é reacionária, nem progressista; ela é simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer” (BARTHES, 1978, p. 14). E acrescentamos: obrigar a dizer, obrigar a ver, obrigar a falar...

É o momento então de recuperarmos as colocações de Laymert Garcia dos Santos, no seu livro intitulado *Politizar as Novas Tecnologias* (SANTOS, 2003), quando nos aponta que a tecnologia não é neutra, podemos entender melhor a eficácia mágica que certos dispositivos semiológicos produzem quando são utilizados no espaço social e político. É o que percebemos nas imagens listadas pelos casos empíricos referidos: a) Independência do Brasil – 7 de setembro; b) Sesquicentenário da Independência, usado

pela Ditadura Civil-Militar para criar um ufanismo nacionalista que repercute até hoje no Brasil; c) o caso da propaganda na Ditadura – álbuns, logo-marcas, nacionalismo, patriotismo anti-esquerdista; d) o retorno dos símbolos da ditadura nas manifestações de 2014-16. Vê-se que somos instados a dizer de determinado modo, e não de outro, o que representa o país para nós nacionais.

A imagem política na atualidade

Como foi adiantado ainda a pouco, nossa questão de fundo é: como analisar o sentido da mudança ou manutenção do uso imposto à imagem política na atualidade? A esta questão somamos outra: de que modo se pode inaugurar uma nova fase na construção do imaginário democrático na sociedade brasileira, ainda excessivamente preso ao fascínio das imagens do poder autoritário e despótico? Eis o desafio de uma semiologia política que avance o projeto de uma ciência emancipadora.

Mas esse trabalho não começa do nada. Temos indicativos importantes de que já se está operando no tecido social uma sublevação dos significados políticos das imagens, dos monumentos, dos dispositivos de produção imaginária em geral. Estruturas de sentido atravessam diversos suportes de ação colonizadora que através dos séculos foram disseminados na sociedade. Vemos agora surgir questionamentos e resistências importantes a estas estruturas impostas na paisagem urbana, na arquitetura das cidades brasileiras.

Como se verá, não observamos estes enfrentamentos apenas entre nós. Temos indícios de resistências imagético-políticas em outros países.

Os monumentos históricos são intocáveis?

Como estamos num momento importante de efervescência do debate sobre as políticas culturais, não poderíamos deixar de introduzir algumas reflexões sobre a encenação das memórias em monumentos históricos, museus e outros diversos espaços sociais e educacionais onde se operam grandes batalhas da *guerra das imagens* contemporâneas, invocadas nessa reflexão.

Desse conturbado contexto de enfrentamentos políticos sobressai a pergunta: os monumentos históricos são intocáveis? A maioria dos especialistas e cultuadores do passado são ortodoxos e têm tomado uma posição canônica em relação a essa questão.

Consideram verdadeiro sacrilégio ou ato de vandalismo e barbárie, qualquer “ataque” a estes símbolos entronizados nas paisagens urbanas. Entretanto, não é esse entendimento que detectamos atualmente entre estudiosos mais heterodoxos. Observamos ultimamente uma postura dissonante sobre a manutenção de nomes de personagens do passado ditatorial presentes em prédios públicos, ruas, viadutos, avenidas, estradas, etc. Tema que tem merecido destaque em debates recorrentes⁵.

Faz-se necessário refletir sobre a ação política e crítica implementada com relação aos monumentos históricos na atualidade, nas relações entre memória histórica, memória social e museus. Por ocasião de uma ação de manifestantes no *Monumento às Bandeiras* em São Paulo, uma publicação convidou um antropólogo e dois historiadores para responderem algumas perguntas sobre a manifestação ocorrida (NEXO, 2016): a) posição conservadora do especialista que considerou o ato um vandalismo inaceitável; b) posição intermediária, sugerindo intervenções no espaço do entorno do Monumento, promovendo discussões e ressignificações; e, c) posição heterodoxa do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro do Museu Nacional (UFRJ) que chegou a divulgar no seu perfil do Twitter: “barbárie era exatamente o que os 'monumentos' comemoram. Aliás, todas as estátuas equestres que ornamentam nossas cidades deveriam ser pichadas (no mínimo)”.

Em algumas fotos aqui reunidas, observamos as pichações em São Paulo (2013): a) Monumento às Bandeiras (Fig. 2); b) Borba Gato (Fig. 3).



Figura 1 e 2. Monumentos às Bandeiras e Borba Gato.

Ataques à Memória Colonialismo

Para demonstrar que esse debate não se circunscreve a nossa realidade e que vem ocorrendo em outros países do nosso continente e em outros países da Europa, citamos o

⁵ Em São Luís do Maranhão observamos recentemente esse movimento iconoclasta, quando observamos revisões importantes acontecendo (CORREA, 2013). Mas foi um caso recente ocorrido em uma grande metrópole brasileira que acabou ganhando grande destaque nacional. Foi o caso do “ataque” ao Monumento às Bandeiras em São Paulo.

caso do “ataque” à estátua do General Franco e das comemorações do 12 de outubro na Espanha, no ano de 2016 (Fig. 4). Na sequência das figuras apresentadas encontramos um conjunto que aproxima duas realidades socioculturais diferentes. Os casos ocorridos no Brasil desde 2013 e o que vem acontecendo na Espanha igualmente nos últimos anos de conturbada movimentação política.



Figura 4. Estátua do General Franco decapitada.

O caso espanhol é bastante significativo e de certa forma atinge estruturas históricas ainda mais profundas. Temos a memória da ditadura franquista num caso, e no outro as comemorações oficiais do dia da “raça” (expressão que também ocorre em alguns estados da federação, como no Maranhão), coincidindo com as comemorações pela “descoberta” da América, em 12 de outubro de 1492.

Os grupos de oposição ao *stablishment*, os movimentos separatistas e independentistas espanhóis lutam há muitos anos contra o culto da memória do General Franco e do Colonialismo na América⁶. Investem numa reação política da oposição às comemorações históricas oficiais: num caso contra o culto do despotismo sanguinário de Franco e no outro caso contra o culto do genocídio dos indígenas nas Américas⁷. As oposições consideram:

El discurso de la hispanidad ha estado demasiado contaminado por el franquismo (...) argumenta[n] que el 12 de octubre se ha convertido en una

⁶ Atualmente ocorrem manifestações semelhantes em diferentes lugares e países, sob a designação de “movimento contra-monumentos”; podemos indicar algumas matérias jornalísticas sobre o tema: 1. África do Sul protesta contra monumentos coloniais (2015): <http://www.cartaeducacao.com.br/aulas/medio/africa-do-sul-protesta-contramonumentos-coloniais/>; 2. Por que Nova Orleans está removendo monumentos do século 19 (2017): <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/04/25/por-que-nova-orleans-est%C3%A1-removendo-monumentos-do-s%C3%A9culo-19>; 3. Os monumentos confederados nos Estados Unidos: memória e política (2017): <https://www.cafehistoria.com.br/monumentos-confederados/>; 4. Praça Tiradentes – RJ (2018): <https://www.facebook.com/adriana.schneideralcure/videos/10156040335059713/UzpfSTeZNTYzMjg0OTgwNTA5MjoxNjc1Mzg0ODYx/>

⁷ Enquanto observamos movimentos contra monumentos tradicionais e consagrados testemunhamos também o surgimento de novos monumentos erguidos para consagrar novos e antigos heróis; como é o caso do “10 Monumentos à Resistência” do site “DIASPORA BLACK”: <https://diaspora.black/10-monumentos-a-resistencia/>

fiesta "un poco vieja", "desfasada" y "antigua" y no cree que "sacar el Ejército a la calle sea la mejor forma de festejar el hermanamiento con los países latinoamericanos". (...) Quizá estaría bien hablar con "los demás países hispanohablantes para encontrar otra forma de celebrar" y tener, igualmente, un "gesto" con las comunidades indígenas. (...) No pintamos nada en el "Día de la Raza" (...) cada año reúne en Barcelona "al fascismo más reaccionario". (...) sería más adecuado que la fiesta nacional coincidiera con alguna efeméride republicana o que sirviera para homenajear por ejemplo, al líder anarquista Buenaventura Durruti, o al poeta Marcos Ana, el preso político del franquismo con más años de cárcel a sus espaldas. (...) Modernizar la fiesta sería "razonable" trasladarla al 6 de diciembre, Día de la Constitución... (EUROPA Express, 2016).

Considerações finais

No momento de concluir essa reflexão, cabe recuperarmos aquele alerta de Laymert de Sousa Garcia destacado no início do texto: “(...) A esquerda brasileira nunca ter[ia] feito a crítica de fundo da mídia. E nem da tecnologia. A posição de esquerda de partidos, sindicatos etc. é de que os meios são neutros e tudo depende de quem se apropria dessa técnica e, portanto, quando chegar o momento de a esquerda estar no poder, se faz uma inversão de signos.” A partir dessa constatação, temos um desafio fundamental, qual seja, operar uma análise que coloque em xeque o próprio veículo, o meio, a mídia, e suas formas de encenação e colonização dos imaginários.

Observamos nos exemplos ilustrados que a eficácia mágica dessas imagens é real e concreta, pois vimos reaparecer nas ruas, ressurgindo de modo significativo nas manifestações políticas dos últimos três anos, imagens que se julgavam mortas e esquecidas. No caso das manifestações mais recentes foi consideravelmente inquietante vermos ressurgir imagens e slogans de mais de trinta anos atrás, colonizados há décadas e que agora testemunhamos produzir ainda efeitos tardios na mobilização de massas. Como exemplo dessa nostálgica recorrência citamos as variações do lexema: “ame-o, ou deixe-o”! Fica evidente a eficácia da propaganda do período da ditadura civil-militar; de modo e alcance jamais esperado.

Destarte, faz-se necessário vasculharmos nossos arsenais teóricos para compreender como “memórias enxertadas” há décadas podem ser reencenadas em um outro contexto histórico. Reencarnadas em novo período, e novo século, após transformações e abalos que julgávamos profundos. Considerávamos que haviam sido operadas rupturas profundas no imaginário político, inaugurando discontinuidades no processo político. Mudanças significativas, tais como o processo de redemocratização e a consolidação da Constituição de 1988.

É nesse contexto que o alerta de Laymert dos Santos se destaca. Sob grande espanto, percebemos que ocorreu uma infeliz negligência das análises semiológicas e políticas das imagens e do imaginário social em nossa sociedade; assim como uma injustificada leniência com os crimes hediondos cometidos no período nefasto do arbítrio ditatorial. Além da própria análise sobre a tecnologia, que não é neutra, era preciso aprofundar e ajustar as contas com a violência e o terror promovido, da mesma forma que na operação de análise da eficácia dos veículos de propaganda e do próprio meio que emite as mensagens. Sobre este aspecto Laymert Garcia dos Santos destacou na entrevista *Demasiadamente Pós-Humano* ao periódico *Novos Estudos*, n. 72, Julho 2005: “Acho que precisamos, no Brasil, de um estudo aprofundado sobre a questão da tecnologia como fetiche, de como ela é apropriada como uso suntuário e ostentação” (2003, p. 163).

Com o fim desta reflexão ressaltamos a importância de avançarmos num estudo sobre as possibilidades de uma “política da visão”. Trabalho que deve ser feito para além das análises das “fotografias enxertadas”, avançando para todas as dimensões das violências e terrores submetidos à sociedade civil. A gestão do teatro das memórias sociais, no sentido que emprega Henri-Pierre Jeudy (1990), precisa operar um tratamento terapêutico e radical. Sem esse tratamento terapêutico correremos o risco da repetição dos mesmos erros indefinidamente. Esse trabalho se associa as investigações sugeridas nas referências às análises de Gruzinsky sobre a ficção de *Blade Runner*. Assim, para evitarmos nos tornarmos androides replicantes de programas inoculados para ações não-reflexivas, - tais como a que testemunhamos nos últimos anos nas ruas das grandes cidades brasileiras -, necessitamos do exercício dessas análises críticas aprofundadas.

De modo desconcertante observamos recentemente nas ruas, desfilar em agrupamentos humanos com características anacrônicas, expressão de ressurgências semelhantes a espectros e zumbis de tempos políticos julgados mortos. Certamente que a invocação da metáfora macabra pode ser considerada caricata, no entanto tenta dar conta de manifestações aparentemente desencaixadas ou desconectadas dos processos socioculturais contemporâneos democráticos ou progressistas; hoje totalmente à deriva em nossa sociedade. Aspecto sinistro que se encaixa perfeitamente com o papel mefistofélico desempenhado atualmente pelo ocupante do Palácio do Jaburu, residência do vice-presidente do país, no teatro político nacional.

Talvez uma política da visão nos ofereça instrumentos para compreender as consequências do alerta da estandartização do olhar em curso em nossa sociedade. Na qual o poder dos grandes conglomerados de mídia tem demonstrado força e eficácia

deletéria. E como observamos, não bastaria apenas trocar os signos e mensagens transmitidos, é preciso ir mais além na análise desse poder mágico e reticular. Como escreveu Laymert dos Santos (2003):

Quando a modernidade chega ao fim, o homem parece estar perdendo a capacidade de perceber e imaginar, isto é, de produzir as imagens que conferem sentido à sua experiência, parece estar abdicando do exercício da potência da percepção, do “eu posso” do olhar (p. 180).

Referências

BARTHES, Roland. Aula. São Paulo: Cultrix, 1978.

CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas*. São Paulo: EDUSP, 2003

CORRÊA, Alexandre Fernandes. *Festim barroco*. São Luís: ebook/UFMA, 2008

_____. *O labirinto dos significantes na cultura barroca*. *Psicanálise & Barroco Revista*, v. 7, 2009.

_____. *Festas públicas e comemorações históricas na periferia do sistema-mundo*. *Cadernos de Estudos Culturais*, v. 4, p. 9-24, 2012.

_____. *Teatro das memórias: ensaios de ação cultural na atualidade*. São Luís: EDUFMA, 2013.

_____. *A nação fará 200 anos: a máquina comemorativa, os preparativos do bicentenário de independência do Brasil e seus impactos nos programas educativos oficiais*. João Pessoa, XXX RBA, Anais – 2016.

_____. *Festim barroco: ensaio histórico-cultural sobre a festa de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes Guararapes em Pernambuco*. Novas Edições Acadêmicas, 2017

_____. *Bicentenário da independência do Brasil: quais sentidos da “nação” a celebrar?* GT24 - Pluralismo, identidade e controvérsias sociopolíticas. 42º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG. 2018.

GEERTZ, Clifford. *Negara: o Estado-Teatro no Século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

GRUZINSKY, Serge. *La guerra de las imágenes: de Cristóbal Colón a “Blade Runner” (1492-2019)*. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1995.

JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

NEXO. Publicado, 07 Out 2016: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/10/07/Um-antrop%C3%B3logo-e-um-historiador-respondem-a-3-perguntas-sobre-a-tinta-jogada-no-Monumento-%C3%A0s-Bandeiras>

REVISTA FÓRUM. Entrevista intitulada “É preciso entender as redes e as ruas”, publicada na Revista Fórum, Edição 127, 22 de outubro de 2013: <http://www.revistaforum.com.br/2013/10/20/e-preciso-entender-as-redes-e-as-ruas/>

RIVIÈRE, Claude. *Liturgias Políticas*. Rio de Janeiro: Imago, 1989

SANTOS, Laymert Garcia dos. *Politizar as novas tecnologias: o impacto técnico da informação digital e genética*. São Paulo: Ed. 34, 2003.